

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 10 | edição nº 2 | 2021

*Política externa e  
Neoconservadorismo: uma análise  
comparativa entre os governos  
George W. Bush e de Donald Trump*

Gustavo Fornari Dall'Agnol

 **Igepri**  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

**unesp**   
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

**POLÍTICA EXTERNA E NEOCONSERVADORISMO:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS GOVERNOS GEORGE W.  
BUSH E DE DONALD TRUMP<sup>1</sup>**

*Gustavo Fornari Dall'Agnol<sup>2</sup>*

---

**Resumo:** O presente estudo realiza uma análise comparativa entre a política externa de George W. Bush e de Donald Trump de forma a explicar as diferenças e semelhanças na implementação de uma *doutrina* de política externa entre ambos. Para tal, recorre-se ao *estado da arte* em Análise de Política Externa e Tomada de Decisão em Política Externa. Argumenta-se que a constituição de coalizões domésticas e a variação no Sistema Internacional explicam adequadamente a condução geral da política externa por um governo. O governo de George W. Bush, sustentado por uma coalizão coesa, necessária para a materialização de uma *doutrina* de política externa, é caracterizado pelo *neoconservadorismo* em sua atuação internacional. No presente estudo, sustenta-se que Donald Trump não possui uma *doutrina* de política externa própria. Tal fato deve-se à dificuldade do governo de formar uma coalizão que consiga mobilizar a sociedade e extrair os recursos necessários em torno de uma estratégia bem definida. A ascensão da China e o retorno da Rússia como potências adversárias aprofunda ainda mais a disputa interna do *establishment* norte-americano dividido entre as estratégias de *engagement* e *restraint*.

**Palavras-chaves:** Política Externa; Neoconservadorismo; Coalizões; George W. Bush; Donald Trump.

**NEOCONSERVATISM AND FOREIGN POLICY: A COMPARATIVE  
ANALYSIS BETWEEN GEORGE W. BUSH AND DONALD TRUMP'S  
GOVERNMENTS**

**Abstract:** The present paper conducts a comparative analysis between George W. Bush and Donald Trump's foreign policy in order to explain the differences and similarities of their foreign policy *doctrine*. To accomplish this goal, the study resorts to the *state of the art* of Foreign Policy Analysis and Foreign Policy Decision Making literature. The present paper argues that the constitution of domestic coalitions and the transformations of the International System satisfactorily explain, in general terms, the conduction a government's Foreign Policy. George W. Bush's government, sustained by a cohesive coalition, necessary for the implementation of a Foreign Policy *doctrine*, is best defined as *neconservative* in its international conduct. The present paper shows that there is

---

<sup>1</sup> O autor é grato pela Prof Dra. Maria de Fátima Junho Anastasia, Prof Dra. Rashmi Singh e pelo Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes, pela leitura prévia do texto e comentários. Todos os possíveis erros são de responsabilidade do autor somente.

<sup>2</sup> Doutorando em Política Internacional na PUC-MG onde também atuou como Professor Assistente e Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [gustfd@gmail.com](mailto:gustfd@gmail.com)

no Trump *doctrine*. This fact is due to the difficulties that his government has in forming a coalition which would enable the necessary societal mobilization and resource extraction around a well-defined strategy. China's rise and Russia's return as main strategic competitors further deepens the country's *establishment* dispute, which is divided between the strategies of *engagement* and *restraint*.

**Key-words:** Foreign Policy; *Neoconservatism*; Coalitions; George. W. Bush; Donald Trump.

---

## I. INTRODUÇÃO

*Enquanto o jogo das relações internacionais pode ser jogado de acordo com o interesse nacional, há também um segundo jogo dentro de cada governo, um jogo de interesses e ambições organizacionais e pessoais, que pode de fato ser mais determinante da política externa de uma nação do que o jogo de interesse nacional (Hudson, 2014, p. 101)<sup>3</sup>.*

O presente artigo visa a realizar uma análise comparativa entre a *doutrina* de política externa de George W. Bush, aqui definida como *neoconservadora*, e a política externa de Donald Trump. Dessa forma, o estudo insere-se na temática mais geral da subárea de Análise de Política Externa (APE), além de recorrer aos conceitos desenvolvidos pelos teóricos da *Foreign Policy Decision Making* (FPDM), dado que as duas áreas confluem e proporcionam um importante instrumental teórico para o entendimento da política externa. É mister escalarecer, no presente momento, que o marco temporal da presente análise, no que se refere ao governo de Donald Trump, está circunscrita entre 2017 e 2019. Entende-se, no presente trabalho, *doutrina*<sup>4</sup> como um conjunto de princípios norteadores que se materializam na conduta geral e principais ações levadas adiante por um determinado governo em sua política exterior.

A problemática proposta pelo presente artigo desenvolve-se a partir da comparação entre as diretrizes gerais materializadas na política externa dos dois governos. Questiona-se: há uma *doutrina* Trump? De que maneira a política externa de Donald Trump diferencia-se daquela de George W. Bush? Quais fatores explicam o *porquê* das diferenças na condução da política externa entre os dois governos? A política externa de George W. Bush constitui-se como uma *doutrina*

---

<sup>3</sup> As traduções do presente artigo são próprias.

<sup>4</sup> Não há uma definição precisa na literatura acerca do termo *doutrina*. “Em política, o termo assume significado particular, especialmente na linguagem diplomática americana, quando designa a enunciação formal da parte do chefe do Estado, ou de um homem político, responsável por uma linha política que seu país terá que seguir numa Determinada área das relações internacionais” (Testoni, Saffo 1983, p. 382). Em APE os autores não definem *doutrina*, no entanto utilizam-se do conceito conforme apresentado neste trabalho. Ver: Monter (2005); Jervis (2003); Magcamit (2018).

historicamente própria. Essa *doutrina* foi passível de implementação através da formação de uma coalizão de interesses entre as elites, as quais edificaram a *doutrina* aqui denominada como uma política externa *neoconservadora*.

Diante da análise de política externa de George W. Bush comparativamente a de Donald Trump, a hipótese aqui testada é a de que a política externa do último, até o momento, não se constitui como uma *doutrina* própria. Trata-se de uma adaptação do *neoconservadorismo* com modificações em alguns de seus pilares, diante da dificuldade do governo em criar uma coalizão que sustente uma política própria. Além disso, nota-se um impasse interno entre as elites, respaldada na comunidade epistêmica, entre a implementação de uma política externa representada por *restraint* e aquela do *engagement*. O retorno da competição entre grandes potências impõe esse dilema às elites estadunidenses e afeta diretamente o modo pelo qual essas devem mobilizar e direcionar seus recursos em sua estratégia de política exterior.

Objetiva-se, com o presente estudo, avançar no debate teórico acerca dos principais atores e processos que influenciam a política externa. Ademais, a análise empírica pode auferir tangibilidade a dinâmica da política externa dos Estados Unidos e, dessa forma, elucidar as ações da grande potência na atualidade e seus impactos no Sistema Internacional. Desse modo, o presente trabalho justifica-se teórica e socialmente. Argumenta-se que a análise das coalizões é frutífera para o campo de estudo FPDM e APE.

Para alcançar esses objetivos, o presente artigo divide-se em três seções. Primeiramente, realiza-se uma revisão do *estado da arte* de APE e FPDM a fim de se delinear, a partir da literatura, quais são os melhores parâmetros de comparação para atender os objetivos do presente trabalho. Argumenta-se que ambos os níveis de análise, internacional e doméstico, são imprescindíveis para realizar a comparação proposta, já que há uma variação importante no nível internacional nos dois períodos estudados, identificados pelo cenário pós 11 de setembro de 2001 e, no caso do governo Donald Trump, a ascensão da China e o retorno da Rússia ao *status* de potências competidoras no Sistema Internacional. O nível doméstico pode ser estudado, de acordo com a literatura, a partir de três unidades de análise: o indivíduo, grupos e coalizões. Argumenta-se, na primeira seção, que para melhor explicar a política externa em termos gerais a variação das coalizões que sustentam e implementam a política externa apresenta-se como unidade de análise mais adequada. Dessa forma, apresentam-se duas *variáveis independentes* para explicar a *variável dependente* (variação na política externa) do presente estudo: a) a variação das coalizões que compõem um determinado

governo; b) o contexto internacional na qual essas coalizões implementam sua política externa. Ademais, a primeira seção apresenta a metodologia empregada no estudo, a saber, o Método Histórico Comparativo (MHC).

Subsequentemente, faz-se uma análise empírica da política externa de George W. Bush. Em primeiro lugar, apresenta-se os pilares da *doutrina* de política externa implementada pelo governo, o *neoconservadorismo*. Em seguida, analisa-se a formação da coalizão que proveu a sustentação política necessária para o *neoconservadorismo* se materializar. A partir da análise dos principais quadros do governo, *lobbies*, *think tanks*, dos principais documentos do Partido Republicano e do alto escalão do executivo, entre outros, argumenta-se que o governo de Bush obteve a sustentação necessária para implementar o *neoconservadorismo* como *doutrina* de política externa. O último tópico da segunda seção é dedicado a demonstrar como, na prática, o *neoconservadorismo* se materializou nas principais ações do governo em política externa.

Finalmente, a última seção do presente artigo é dedicada à análise da política externa de Donald Trump, executada até o presente momento, utilizando-se dos mesmos parâmetros para identificar a *doutrina* de política externa de George W. Bush. Dessa forma, realiza-se a análise comparativa e testa-se a hipótese supracitada.

## II. Análise de Política Externa e Teoria da Decisão

Com o intuito de delinear o modelo de análise, incluindo-se as variáveis basilares utilizadas, fazer a construção do referencial teórico, principais conceitos empregados e melhor delimitar o problema de pesquisa bem como a sua hipótese, é de suma importância enquadrar o estudo em sua área de conhecimento, a saber, o Processo de Tomada de Decisão em Política Externa. Diante disso, a presente seção é dedicada a uma revisão do estado da arte, especialmente no entrecruzamento e possível confluência subáreas de Análise de Política Externa (APE) e de Tomada de Decisão, bem como uma explanação da metodologia utilizada, a fim de cumprir os requisitos supracitados. Torna-se patente, na análise comparativa aqui proposta entre os governos de George W. Bush e Donald Trump, definir quais aspectos da política externa irão ser priorizados na investigação empírica, a fim de se tornar mais clara a problemática e possibilitar a confrontação da hipótese com a empiria.

A subárea de investigação denominada APE busca compreender como Estados, instituições, grupos e indivíduos formulam, através de decisões, ações que possuem consequências para além do Estado, ou seja, como esses atores interagem na dinâmica do Sistema Internacional (Hudson, 2014, p. 3-5; Alden, Amnon, 2017, p. 1)<sup>5</sup>. O objetivo da APE, é, então, compreender os fatores que explicam o processo de tomada de decisão em política externa. Todavia, distintas vertentes da literatura apontam condicionantes diferentes para explicar as decisões em política externa, por exemplo: fatores psicológicos; o ambiente decisório; fatores internacionais e fatores domésticos<sup>6</sup>. Para além disso, conforme apontam Alex Mintz e Karl de Rouen (2010, p. 15-18), os autores, preocupados em compreender a política externa destacam vários tipos de decisões, a saber, decisões estratégicas-interativas, sequenciais, decisões de grupo, unilaterais, estruturais, holísticas, heurísticas, entre outros. Somados, as linhas de pesquisa supracitadas constituem o que a literatura denomina de *Foreign Policy Decision Making* (FPDM)<sup>7</sup> que, na perspectiva desse trabalho, conflui com a subárea de APE<sup>8</sup>.

Conforme mencionado, a literatura aponta diversos possíveis condicionantes da política externa, como, fatores domésticos e internacionais. Dentre os fatores internacionais, pode-se destacar autores que argumentam que a dissuasão (Stein, 1991), corridas armamentistas (Wallace, 1982), formação de alianças (Mesquita, 2003) afetam a política externa. Com relação aos condicionantes domésticos, destaca-se que há uma ampla gama de determinantes apontados pela literatura. Tal fato suscita a questão de quais desses fatores devem ser privilegiados na investigação da política externa.

Por outro lado, Alex Mintz e Karl de Rouen (2010) identificam cinco condicionantes domésticos para a APE: a) ambiente econômico; b) interesses econômicos; c) opinião pública; d)

---

<sup>5</sup> A subárea de APE surge no contexto de uma resposta a teoria neorrealista de Waltz (1979) que viria a privilegiar as variáveis sistêmicas na análise das relações internacionais, tal vertente se tornaria a visão hegemônica na disciplina nos anos que se sucederam.

<sup>6</sup> Para uma revisão das principais obras que trabalham esses determinantes, ver: Alex Mintz e Karl DeRouen (2010).

<sup>7</sup> A subárea de FPDM possui uma forte influência da Teoria da Decisão, utilizando-se de construções teóricas como a Racionalidade Instrumental, Teoria da Decisão Descritiva, Teoria dos Jogos, Racionalidade Circunscrita, Heurísticas e a Teoria Burocrática, por exemplo. Para uma melhor compreensão dessas teorias, recomenda-se, respectivamente: Martin Peterson (2009); David Over (2004); Reinhard Selton (2001); Gideon Keren e Karl H. Teigen (2004) e Graham Allison (1969).

<sup>8</sup> Não é objetivo desse artigo ater-se a uma revisão sistemática de todos os conceitos investigados pelo campo de estudo. A investigação empírica aqui proposta atenta-se aos condicionantes da política externa.

ciclos eleitorais; e) jogos de dois níveis<sup>9</sup>. Hudson (2014), por sua vez, destaca o papel do líder, das burocracias, das percepções culturais e identitárias, da dinâmica de grupos, de atributos nacionais, entre outros, como objetos de análise da APE. Já Hellen Milner (1994), de maneira mais sucinta, destaca três fatores fundamentais: a) o interesse dos atores; b) as instituições domésticas; c) a distribuição de informação dentre os atores<sup>10</sup>. Há ainda, outra vertente que busca explicar a política externa, denominada de Realismo Neoclássico, em sua versão mais atual, que mantém como variável independente, a espelho do neorealismo, a estrutura do sistema internacional e adiciona variáveis intervenientes no nível doméstico para explicar a política externa, como a Percepção do Líder; a Cultura Estratégica do País; as Relações Estado-Sociedade e as Instituições Domésticas (Ripsman, Lobell, Taliaferro, 2016, p. 16)<sup>11</sup>.

Na Ciência Política existe uma longa tradição de teorias de disputa pelo poder doméstico<sup>12</sup>, desde o pluralismo de Dahl até a teoria das elites de Charles Wright Mills.<sup>13</sup> Haja visto que, segundo Meynaud “Um dos maiores temas da análise política e, tudo somado, talvez o mais significativo, é determinar quem governa realmente uma dada sociedade” (Apud: Bobbio, 2016, p. 222-223). Muitos autores, como Gramsci e Charles Wright Mills, enfrentaram tal problemática. O conceito de elite foi desenvolvido por Charles Wright Mills da seguinte forma:

A elite que ocupa os postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores de poder, da riqueza e da celebridade (...) a ideia de elite como composta de homens e mulheres com um caráter moral mais apurado é uma ideologia de elite em sua condição de camada dominante privilegiada, e isso é válido tanto quando a ideologia é feita pela própria elite ou quando outros falam por ela (Mills, 2000, p. 13-14).

A análise feita por Mills, em seu livro *Elites do Poder* sobre a alta sociedade estadunidense, pode contribuir bastante para guiar a pesquisa empírica. Mills (2000, p. 4) não só identificou que, nos Estados Unidos, “a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e

---

<sup>9</sup> A lógica de dois níveis foi introduzida por Robert Putman (1988). O autor argumentou que existe um entrelaçamento entre os níveis doméstico e internacional na formulação da política externa que podia ser entendido por “jogos de dois níveis”.

<sup>10</sup> Diversos outros fatores domésticos da política externa já foram identificados pela literatura, como a luta de classes, o papel das elites, a estrutura institucional, entre outros. Para uma boa revisão dessas perspectivas, ver: Chris Alden e Amnon Aran (2017, p. 63-67).

<sup>11</sup> O Realismo Neoclássico foi definido por Gideon Rose (1998). Para uma melhor compreensão das obras ligadas à essa vertente, ver: Brown (1995); Christensen (1996); Schweller (1998); Wohlforth, (1993); Zakaria, (1998); Duek, (2009); Wohlforth (2009); Sterling-Folcker 1997.

<sup>12</sup> Ver: Truma (1971); Dahl (1967); Mills (2000); Olson (1965); Walker (1991); McFarland (2004); Schattschneider (1975).

<sup>13</sup> Para uma melhor compreensão da Teoria das Elites ver: Bobbio (2016).

militar” como também realizou uma análise empírica de grande folego sobre quem compunha tais elites. Mills observou que as elites se intercambiavam entre esses três setores, com generais comandando empresas, empresários no alto escalão do governo e por assim em diante. Isso auferia às elites um maior grau de coesão, o que é de suma importância para a analisar o processo decisório em política externa.

Feita essa breve revisão de literatura acerca dos condicionantes da política externa, com a perspectiva de montar o aparato teórico necessário para o modelo analítico do presente estudo, alguns problemas se apresentam. Primeiramente, é explícito a ampla gama de variáveis independentes apontadas pela literatura como condicionantes da variação da política externa. Torna-se, portanto, necessária a delimitação das variáveis a serem investigadas no presente artigo. Em segundo lugar, a política externa constitui-se de diversos tipos de decisão em diferentes eixos de atuação, como: i) assistência financeira; ii) assistência geopolítica; iii) acordos comerciais; iv) sanções; v) intervenções militares, entre outros. O presente artigo lida com a política externa em termos mais gerais, sem se ater às minúcias dos processos decisórios nos diferentes eixos temáticos da política externa. Para critério de demarcação teórica, para o nível doméstico, recorre-se às unidades de análise propostos por Alex Mintz e Karl de Rouen para compreender a FPDM.

Considera-se, nesse estudo, que o Sistema Internacional não deve ficar de fora da análise comparativa entre os dois governos. Argumenta-se que, fatores importantes alteraram o contexto internacional do período e possuem efeitos condicionantes na concepção e implementação da política externa dos governos. Dessa forma, inclui-se o nível internacional na análise aqui proposta. Já os determinantes domésticos da FPDM correlacionam-se diretamente com as unidades de análise abordadas pela subárea. De acordo com Alex Mintz e Karl de Rouen (2010, p. 18-21), há três unidades em que se pode analisar a Tomada de Decisão em Política Externa: o indivíduo, grupos e coalizões.

A primeira unidade de análise doméstico, o indivíduo, pressupõe que o líder, sua personalidade, cognição, percepção, entre outros, são fundamentais para explicar as decisões em política externa<sup>14</sup>. Muitos desses estudos se inter-relacionam, portanto, com a psicologia-comportamental. Há outras pesquisas que destacam o ambiente decisório que privilegia o poder do indivíduo. Margaret Hermmman (2001) argumenta que em situações de crise, os indivíduos possuem

---

<sup>14</sup> Para uma revisão sistemática do papel do indivíduo e da psicologia na FPDM ver: Alex Mintz e Karl DeRouen (2010) e Chris Alden e Amnon Aran (2017).



papel de destaque no processo decisório, por exemplo, em uma decisão de declarar guerra. O presente estudo, no entanto, contrapõe-se a essas perspectivas. Argumenta-se que, mesmo os líderes mais proeminentes ou atuem em autocracias mais centralizadas, necessitam de uma base social para atuar. Nos Estados Unidos, por exemplo, partidos políticos, comissões congressuais, *lobbies*, *think tanks*, o alto escalão militar, grupos de interesse e opinião pública evidentemente são elementos que constroem a liberdade de atuação do líder. Como aponta Hudson (2014, p. 106): “A manipulação de agendas coletivas é uma habilidade premiada na arena política”. Essas ressalvas tornam-se ainda mais relevantes em se tratando da formulação de uma *doutrina* geral de política externa que, argumenta-se aqui, deve contar com uma ampla base de apoio social para ser implementada.

No meio termo, encontra-se a unidade de análise baseada no processo decisório dos grupos. Diferentemente das análises focadas em indivíduos poderosos, as pesquisas direcionadas à compreensão do Processo de Tomada de Decisão em Política Externa baseada nos grupos dedica-se, principalmente, a analisar as dinâmicas desses grupos em questão. Grupos decisórios como o Conselho de Segurança dos Estados Unidos, grupos do alto escalão burocrático, entre outros, são objeto de investigação dentro dessa perspectiva. Conceitos relevantes como *groupthink*, por exemplo, apontam que os membros buscam estar em conformidade com o grupo como um todo, buscando consenso. Nessa dinâmica o grupo sente-se superior e invulnerável e outros percursos decisórios são ignorados, dessa forma, o *groupthink* pode prejudicar decisões tornando-as subótimas (Janis, 1982).

A unidade de análise dos grupos ocupa um lugar mais próximo para desenvolver a presente pesquisa. Pode-se focar em grupos que concentram um alto poder decisório em política externa; por exemplo, o alto escalão do executivo provindo de *think tanks neoconservadores* no governo de George W. Bush. No entanto, argumenta-se que é a partir de um pacto entre diferentes setores que se pode compreender a *doutrina* de política externa de maneira mais geral. Dessa forma a análise aqui proposta está mais próxima da unidade de análise das coalizões e das perspectivas elitistas acima mencionadas, que privilegiam a análise da formação de coligações entre extratos importantes da sociedade e possuem uma influência mais sólida na política externa como um todo.

Quando se aborda coalizões, as unidades individuais não podem tomar decisões por conta própria. Há uma necessidade de barganha entre diferentes setores para se construir uma coalizão capaz de implementar a política externa. Um conceito importante é o de *minimum-winning*

*coalition* que se refere à quantidade mínima necessária para manter a coalizão no poder (Hagan et al, 2001). Para Sartori (1987, p. 304), “todas as decisões tomadas em uma sociedade política são antes examinadas, e realmente propostas por um comitê ou mais”. Dessa maneira, a literatura apontada sobre o estudo de coalizões dialoga com o estudo das elites.

Após debater o *estado da arte*, torna-se mister, nesse momento, definir as principais variáveis que guiam o presente artigo. A unidade de análise individual será desconsiderada, conforme já argumentado e destacado por Hudson (2014, p. 73): “não importa o quão influente ou mercenário, um único líder não pode fazer e implementar política externa por sua própria conta”. Como analisa-se a *doutrina* de política externa, as decisões de grupos isolados também não serão levadas em consideração. O presente trabalho tem como primeira *variável independente* a variação das coalizões que compõem um determinado governo. Conforme mencionado, fatores internacionais também condicionam a formação e implementação de *doutrinas*. Dessa forma, a segunda *variável independente* do presente estudo é a variação do contexto internacional. Argumenta-se que a constituição das coalizões em um determinado contexto internacional explica a variação da *doutrina* de política externa (*variável dependente*). Entende-se pela constituição das coalizões os grupos de interesse que as compõem, com principal destaque as elites política, militar e econômica (Mills, 2010). Ao conseguirem formar uma *minimum winning coalition*, ou seja, um determinado grau de *consenso necessário*, possuem duas características principais: a) são detentoras de uma *intensidade desigual de preferências* (Sartori, 1987) por serem minorias altamente organizadas; b) possuem a capacidade de mobilizar a sociedade e extrair os recursos necessários para a implementação de sua *doutrina* de política externa.

Antes de adentrar-se propriamente na análise empírica, é relevante explanar de maneira sucinta, o método empregado, a saber, o Método Histórico-Comparativo (MHC). Há uma extensa literatura que versa sobre esse método<sup>15</sup>. Foca-se aqui, no entanto, nas definições principais para seu emprego.

O método comparativo busca estabelecer relações empíricas causais entre duas ou mais variáveis enquanto outras variáveis são mantidas constantes. Dessa forma, utiliza-se da condição *ceteris paribus* (Lipjart, 1971). Usualmente, o método comparativo é utilizado para explicar um número limitado de casos (*small-n*), ou seja, é recomendado como intermediário entre o estudo de

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo: Goertz e Mahoney (2012); Mahoney, Kimball e Koivu (2009); Mahoney e Vanderpoel (2015).

caso e estudos quantitativos de *large-n*. Bennet e Elman (2008, p. 501-502), por exemplo, destacam que o método comparativo é adequado para o desenvolvimento teórico, análises de casos individuais e afirmações generalizadas acerca de mecanismos causais. As análises comparativas também não pretendem generalizações nomotéticas nem descrições ideográficas. Portanto, são complementares à epistemologia de Teorias de Médio Alcance (Bennett, 2005, p. 31-32; Bennett; Elman; 2008, p. 506; Mahoney; Rueshemeyer, 2003 p. 6). A partir de precisão conceitual e isolamento de variáveis chave, o MHC, utilizando-se da lógica, enfatiza mecanismos e processos causais<sup>16</sup> nas sequencias históricas, comparando um número relativamente pequeno de casos. Considera-se, para o presente estudo, o MHC um método adequado para auferir causalidade<sup>17</sup> entre as variáveis estudadas nos dois governos, abordados nas duas secções subseqüentes.

### III. Constituição da *Doutrina Bush*

A presente seção visa a investigar a *doutrina Bush*, de maneira a explicar a relação entre formação da coalizão governante, conforme definida na seção anterior, e a implementação das diretrizes de política externa do governo em questão. Para tal, um primeiro tópico é dedicado a delinear os principais aspectos da *doutrina Bush*, denominada aqui, em consonância com grande parte da literatura, como *neoconservadorismo*. Analisam-se os fundamentos basilares dessa *doutrina*, bem como as suas origens na formulação epistêmica e ideário político de seus principais proponentes. No entanto, conforme argumentou-se anteriormente, não seria possível um pequeno grupo de ideólogos implementar uma *doutrina* de política externa.

Dessa forma, o segundo tópico dedica-se à investigação empírica dos grupos de interesse que compuseram tal coalizão. Conforme também já mencionado, ganham principal destaque as elites econômica, política e militar e o grau de consenso entre os principais grupos de interesses que constituem a coalizão. Deste modo, confere-se tangibilidade à *doutrina*, identificando seus componentes materiais. O último tópico da presente seção pretende, de maneira sucinta, identificar

---

<sup>16</sup> Para Neto e Rodriguez (2016, p. 1006), “Esse programa de pesquisa não implica abdicar de ambições explicativas. O MHC é, portanto, positivista, uma vez que busca explicações causais”. Conforme mencionado, no entanto, as generalizações são contingentes (George e Bennett, 2005, p. 31-32).

<sup>17</sup> Uma técnica extremamente útil empregada em estudos de caso é o *Process-Tracing*. No entanto, essa técnica busca uma minuciosa interligação dos fatos para auferir causalidade aos fenômenos e, argumenta-se aqui, não se aplica a compreensão de *doutrinas* mais gerais. Para uma boa compreensão do *Process-Tracing*, ver: Collier (2011); Mahoney (2010); Silva e Cunha (2010).

a transposição do conjunto de princípios norteadores do *neoconservadorismo* para a implementação concreta da política externa nos anos de 2001 a 2008.

### III.1. A Doutrina Neoconservadora: Princípios Norteadores

Como movimento ideológico, o *neoconservadorismo* surge nos Estados Unidos da década de 1970<sup>18</sup>. O termo *neoconservadorismo* foi cunhado pelo escritor socialista Michael Harrington para identificar liberais que haviam mudado de lado (Teixeira, 2010, p. 26). Tratava-se da resposta de um grupo de intelectuais à crise da década de 1970 que se opunham às políticas de bem-estar social- como aquelas implementadas por Lyndon Johnson na década anterior- e destacavam o enfraquecimento dos Estados Unidos *vis a vis* à União Soviética. Esses intelectuais reagiam também aos movimentos de libertação sexual, direitos civis e ambientais. Para eles, a intervenção estatal em busca de uma sociedade igualitária atuava em detrimento da meritocracia, democracia e liberdade (Vaisse, 2010).

Apesar do nome, os *neoconservadores* não se identificavam com os conservadores tradicionais, como Edmund Burke. Na filosofia política *neoconservadora* não há uma nostalgia pelo passado em termos culturais ou econômicos. Os *neocons*, por defenderem a supremacia da sociedade norte-americana e seus valores democráticos, buscam inspiração intelectual em Alexis de Tocqueville. Tocqueville viu nos Estados Unidos uma nação singular, excepcional. Para o observador francês, a democracia norte-americana era um modelo a ser seguido, já que, segundo ele: “durante minha estada nos Estados Unidos, nada impressionou-me tão intensamente quanto a igualdade de condições” (Tocqueville, 1979, p. 185). De acordo com Wolfson, “de forma geral, tradicionalistas olham para Edmund Burke, libertários, para Hayek ou Smith, e os neocons, para Alexis de Tocqueville” (Wolfson, 2004, p. 216). Kristol afirma que os neoconservadores “tendem a buscar um guia intelectual na sabedoria democrática de Tocqueville” (Kristol, 2004, p. 35).

Utiliza-se no presente estudo a sistematização feita por Vaisse<sup>19</sup> (2010) que identifica cinco pilares que são os princípios norteadores do movimento *neoconservador*: i) internacionalismo; ii) primazia norte-americana; iii) unilateralismo; iv) militarismo; e v) democracia. Argumenta-se, aqui, que esses cinco princípios norteadores são os pilares edificantes da *doutrina* George W. Bush.

---

<sup>18</sup> Sobre o *neoconservadorismo*, ver: Dall'Agnol (2018, p. 37-40).

<sup>19</sup> Para bons estudos sobre o *neoconservadorismo*, ver também: Roberta Haar (2010); Teixeira (2010); Inderjeet Parmar (2009); Jean François Drolet (2015).

O internacionalismo refere-se à defesa de que os Estados Unidos tenham um *engagement* internacional e que o objetivo central da política externa seja moldar a ordem internacional de acordo com os valores e interesses norte-americanos. Nesse sentido, para os *neocons*, os estadunidenses devem moldar a ordem, ao não o fazer, poderiam ter certeza que outros iriam moldá-la de modo a não contemplar seus interesses e valores.

A primazia norte-americana refere-se à visão dos Estados Unidos como uma nação indispensável e excepcional. O mundo se beneficiaria dos Estados Unidos como única superpotência. Já o unilateralismo é de certa forma, consequência do *excepcionalismo* norte-americano, e de sua indispensável atuação internacional, advogada pelos *neocons*, já que fóruns multilaterais, para os mesmos, não possuem legitimidade, por possuírem membros autocráticos, por exemplo. Além disso, o multilateralismo implicaria em:

(...) reduzir a liberdade de ação dos Estados Unidos, tornando-os subservientes, dependentes e restringidos pela vontade- e interesses- de outras nações. Amarrar Gulliver com milhares de cordas. Domesticar o mais indomesticado, o mais extensivo interesse nacional do planeta- o nosso. (Krauthammer, 2004, p. 6).

Para se manter a primazia e atuar unilateralmente, para o *neoconservadorismo*, é necessário um grande poder militar. O militarismo justifica-se, dessa forma, para os *neocons*. Deriva-se daí a percepção dos *neocons* de que o orçamento militar deve se manter em níveis elevados, ou seja, opta-se por *guns over butter*. Há também a necessidade de um alarmismo sobre as possíveis ameaças internacionais, para justificar-se a militarização. A defesa da democracia advém da crença no caráter excepcional do modelo político norte-americano, e da identificação de nações não democráticas como instáveis e ameaçadoras. A promoção da democracia ao redor do mundo, inclusive através do *state-building* seria, então, o quinto pilar do *neoconservadorismo*.

Intelectualmente, os *neoconservadores* exercem sua influência através da mídia, com seus expoentes possuindo colunas em importantes jornais como o *The Wall Street Journal* e o *The Weekly Standard*, além de *think tanks* como a Heritage Foundation, o Hudson Institute, o American Enterprise Institute e o Foreign Policy Initiative (FPI). Importantes quadros *neoconservadores* compuseram também o alto-escalão de governos como o de Ronald Reagan e, posteriormente, de George W. Bush.

Defende-se, no presente estudo, que o governo de George W. Bush pautou sua *doutrina* de política externa em confluência com os princípios norteadores *neoconservadores*. Utiliza-se, aqui, os cinco pilares apontados por Vaisse (2010) para identificar o *neoconservadorismo*. Esses pilares

servirão de parâmetro comparativo com a política externa do governo Donald Trump. No entanto, conforme argumentado anteriormente, para se implementar uma *doutrina* de política externa é necessária uma coalizão formada por grupos de interesse, com especial destaque às elites econômica, militar e política, sem a qual um conjunto de princípios não se materializaria. Para tal, dedica-se o próximo tópico da presente seção para identificar empiricamente a formação dessa coalizão no governo de George W. Bush.

### III.2. Grupos de Interesse e Formação de Coalizões

A análise empírica dos principais grupos de interesse formadores da coalizão *neoconservadora* no governo de George W. Bush será levada adiante baseada em alguns aspectos fundamentais. Conforme apontado, é necessário um determinado grau de consenso para se formar uma coalizão. Desse modo, analisa-se as *Republican Party Platforms* de 2000 e 2004, pois considera-se que o direcionamento geral do partido necessita de um alto grau de confluência entre os diversos grupos que compõem a apoiam tal partido e a diretriz geral partidária se concretiza nas ações do governo. Ademais, os principais apoiadores financeiros da campanha representam setores do poder econômico que apoiam determinado projeto e serão analisados. Uma base sólida no Congresso também é um fator a ser analisado, bem como a capacidade das elites de mobilizar a opinião pública, revelada em pesquisas de opinião.

Na formação do gabinete, ganha destaque Dick Cheney, vice-presidente, membro dos *thinks tanks neoconservadores* PNAC e American Enterprise Institute, e ex *Chief Executive Officer (CEO)* da Halliburton (importante empresa do setor de petróleo) e influente quadro no governo. Para Secretário de Estado, George W. Bush nomeou Collin Powell (2001-2005) e Condoleezza Rice (2005-2009). O primeiro, um político experiente e general de quatro estrelas aposentado e a segunda, que também serviu de *National Security Advisor* (2001-2005), acadêmica de formação que atuou em importantes empresas como, por exemplo, foi, diretora da Chevron Corporation (gigante do petróleo). O primeiro Secretário de Defesa de Bush foi Donald Rumsfeld (2001- 2006), *neoconservador* proeminente, político de carreira, tendo ocupado diversos postos em governos anteriores e servido no Congresso. Já o segundo, Robert Gates (2006-2009), havia servido vinte e seis anos na *Central Intelligence Agency (CIA)* e possuía experiência como diretor de diversas companhias do setor privado. Merece destaque também Paul Wolowitz, importante ideólogo

*neoconservador* com influência grande no governo, atuando como *Deputy Secretary of Defense*. A formação do alto-escalão do governo<sup>20</sup> de George W. Bush provê importantes pistas para explicar a formação de uma coalizão *neoconservadora*<sup>21</sup>. Robert Haar (2010) vê no conjunto do alto-escalão do governo uma *advocacy coalition framework*<sup>22</sup> *neoconservadora*, que ao ocupar postos-chave da formulação de política externa, utiliza uma variedade de estratégias para promover sua agenda frente a agendas competidoras.

Com relação às doações de campanha<sup>23</sup> destacam-se, principalmente, as empresas associadas à indústria de defesa e a indústria petrolífera. No ciclo eleitoral do ano de 2000, a Lockheed Martin, Boeing, Raytheon e Northrop Grumman (4 das 5 maiores empresas de defesa do mundo<sup>24</sup>) doaram, para os Republicanos, respectivamente 64%, 58%, 63% e 60% de seus recursos destinados a campanha eleitoral. Já a Exxon Mobile, gigante do petróleo, doou 95% de seus recursos eleitorais para os republicanos. A Shell doou 75%. Esses importantes setores da elite econômica representaram sólida base de apoio para o governo de George W. Bush.

Conforme destaca Haar (2010, p. 974), Robert Murdoch, então líder da Fox Broadcasting Network, cumpriu papel importante em mobilizar a sociedade e prol da causa *neoconservadora*. Um exemplo disso é que em 2002, de 70 a 90% dos norte-americanos acreditavam que Saddam Rousein estava realmente planejando um ataque aos Estados Unidos com armas de destruição em massa. A aprovação do governo George W. Bush pelos norte-americanos manteve-se acima dos 50% até meados de 2005, com o ápice atingido de 90% em setembro de 2001, após os ataques terroristas<sup>25</sup>. Na *House of Representatives*, os republicanos obtiveram maioria de 2001 até 2007<sup>26</sup>, um importante meio de apoio para a implementação da *doutrina* de George W. Bush. Já no

---

<sup>20</sup> Dados disponíveis em: <https://www.presidency.ucsb.edu/people/president/george-w-bush>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

<sup>21</sup> Para uma análise detalhada da atuação do alto-escalão do governo na implementação de uma doutrina *neoconservadora*, ver: Roberta Haar (2010).

<sup>22</sup> Conceito introduzido por Paul Sabatier (2007).

<sup>23</sup> Dados disponíveis em: <https://www.opensecrets.org/pacs/>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

<sup>24</sup> Dados disponíveis em: <https://www.sipri.org/databases/armsindustry>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

<sup>25</sup> Dados disponíveis em: <https://news.gallup.com/interactives/185273/presidential-job-approval-center.aspx>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

<sup>26</sup> Dados disponíveis em: <https://history.house.gov/Institution/Party-Divisions/Party-Divisions/>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

Senado<sup>27</sup>, os republicanos detiveram a maioria entre 2003-2007, o que também garantiu para Bush o apoio necessário para implementar as principais políticas *neoconservadoras*.

O documento *Republic Party Platform*<sup>28</sup> (RPP), de 2000, traz importantes indicativos de uma possível *doutrina* a ser implementada pela coalizão. No entanto, conforme destacado anteriormente, a *doutrina* de um governo é também altamente influenciada por eventos internacionais. Portanto, o RPP de 2000 difere-se daquele de 2004 devido aos ataques de 11 de setembro. Haar (2010), por exemplo, argumenta que o *neoconservadorismo* só foi totalmente adotado após o 11 de setembro. No entanto, alguns dos princípios norteadores do *neoconservadorismo* já estavam presentes na RPP de 2000. O documento destaca um internacionalismo diferenciado, guiado através da ideia de que uma política externa voltada para a exportação dos valores norte-americanos iria tornar os Estados Unidos mais seguros.

O documento também tece fortes críticas ao que chama de displicência do governo Clinton com a estratégia militar e propõe um aumento de gastos nessa área auxiliada pela modernização de seus diversos setores. Ademais, o RPP de 2000 apoia veemente a deposição do governo Saddam Hussein assim como destaca a ameaça advinda de outros “Estados párea” como o Irã e a Coreia do Norte. O unilateralismo é claramente um dos pilares do RPP de 2000, já que o mesmo rejeita o Protocolo de Kyoto, propõe a retirada dos Estados Unidos do *Anti Ballistic Missile* (ABM) e do *Comprehensive Test Ban Treaty*, e afirma que “As Nações Unidas nunca podem substituir, ou vetar a liderança norte-americana (...) tampouco as tropas norte-americanas irão estar sujeitas às Nações Unidas e à Corte Internacional de Justiça” (RPP, 2000).

O RPP de 2004<sup>29</sup>, embora dedicado em grande parte às ações necessárias para vencer a Guerra ao Terror, está alicerçado em princípios norteadores *neoconservadores*. No entanto, como se verá subsequentemente, a estratégia republicana de 2004 advoga uma continuação, já que a *doutrina neoconservadora* já estava sendo colocada em prática. O documento reflete a concepção de uma excepcionalidade norte-americana, destacando os Estados Unidos como “a nação única e

---

<sup>27</sup> Dados disponíveis em: [https://www.senate.gov/artandhistory/history/common/briefing/Majority\\_Minority\\_Leaders.htm](https://www.senate.gov/artandhistory/history/common/briefing/Majority_Minority_Leaders.htm). Acesso em: 16 de setembro de 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2000-republican-party-platform>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2004-republican-party-platform>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

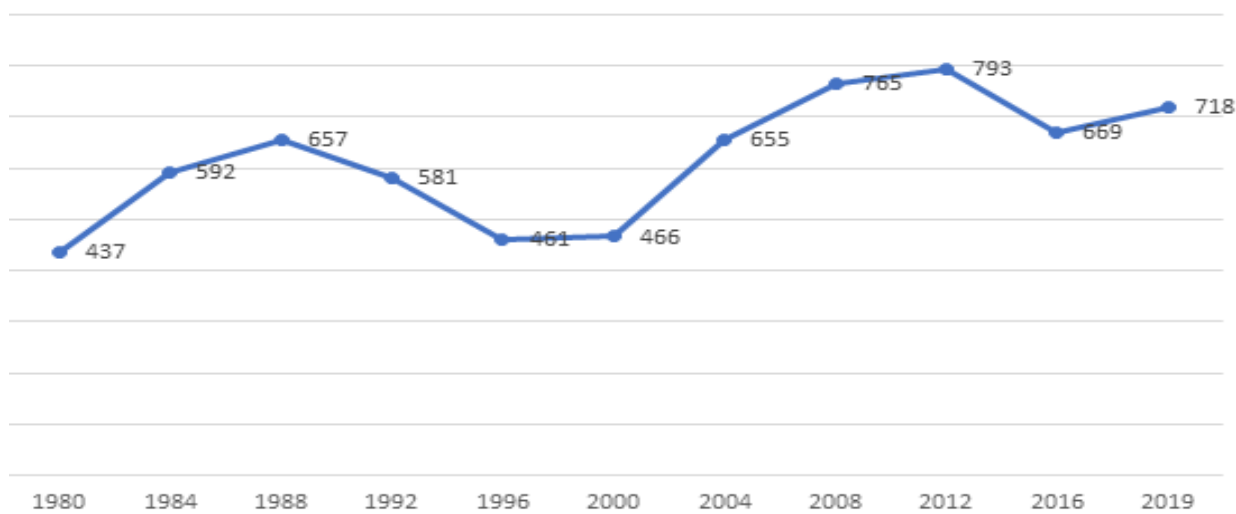


exaltada, com um comprometimento profundo com a liberdade” (RPP, 2004), com outros pilares *neoconservadores* tais como o internacionalismo, promoção da democracia através do *state-building*, o unilateralismo e o militarismo. Esses pilares são inter-relacionados e concretizados nas ações de política externa do governo. Através do engajamento internacionalista e da promoção da democracia o RPP de 2004, afirma ter tornado as nações do Afeganistão e do Iraque livres da tirania do Talibã e de Saddam Hussein, respectivamente. Para tal engajamento internacional, torna-se necessário o militarismo, devido aos evidentes custos de tais operações. O documento, com relação às Nações Unidas e a Corte Internacional de Justiça, continua a reiterar que os Estados Unidos não serão subservientes a instituições internacionais.

### 2.3 Revisão da Política Externa

Conforme argumentado, a constituição de uma *doutrina* assenta-se em princípios norteadores que com apoio de uma coalizão suficientemente capaz, materializa tais princípios em sua Política Exterior. A presente secção tem por objetivo demonstrar como o *neoconservadorismo* foi implementado pelo governo de George W. Bush<sup>30</sup>.

**Gráfico 1.** Variação no Orçamento Militar (1980-2019) em US\$ 2018 Constantes



**Fonte:** Elaboração Própria com Dados de Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Reitera-se, no entanto, que em consonância os objetivos desse artigo, não será feita uma descrição minuciosa de todos os aspectos da Política Externa. Dessa forma, analisa-se somente as principais ações de Política Externa do período

<sup>31</sup> Dados disponíveis em: <https://www.sipri.org/databases/milexDisponível>. Acesso em 10 de agosto de 2020. Valores aproximados.

A guinada militarista de George W. Bush com relação ao seu predecessor é evidente. Conforme argumentado, tanto os acontecimentos internacionais quanto a formação da coalizão doméstica foram fundamentais para a implementação de tal política. Destaca-se também a reestruturação interna da defesa. No dia 25 de novembro de 2002, o Congresso aprovou a criação do *Department of Homeland Security*, que incorporaria vinte e duas agências e empregaria mais de 200 mil pessoas (Brown, 2015, p. 621). Ademais o chamado *Patriot Act* de outubro de 2001 concedia ao governo o direito de encarcerar e interrogar quaisquer suspeitos, o que gerou enormes controversas quanto a questões relacionadas às liberdades civis, incluindo as dos norte-americanos.

O militarismo de George W. Bush relaciona-se diretamente com unilateralismo e seu intervencionismo internacionalista. Durante a Guerra Fria, salvo algumas exceções, a doutrina geral da política externa norte-americana pautou-se pela dissuasão e *containment*. Em seu famoso discurso no dia primeiro de junho de 2002<sup>32</sup>, na *U.S Military Academy em West-Point*, Bush delineia uma reversão de tal política. Em tal ocasião, George W. Bush afirmou que a estratégia de *containment* não teria quaisquer efeitos contra a ameaça terrorista. O Presidente anunciou, então, a ideia de *preemptive strike*, ou *preventive war*, o que viria a justificar ações unilaterais em face a possíveis ameaças, advindas principalmente do que George W. Bush chamou de “*Axis of Evil*” ou *rogue states* em seu discurso perante o Congresso em janeiro de 2002 (Brown, 2015; Kellner, 2004). Tal ideia teria respaldo na *National Security Strategy (NSS)*<sup>33</sup> de 2002 e viria a justificar a *Operation Enduring Freedom* (a derrubada do regime Talibã no Afeganistão) e a *Operation Free Iraq* (a destituição de Saddam Hussein) diante da suspeita, controversa e questionada, de que o mesmo possuía armas de destruição em massa<sup>34</sup>. O unilateralismo de George W. Bush também pode ser exemplificado pela não aderência ao Protocolo de Kyoto e a saída do ABM em dezembro de 2001.

O internacionalismo liberal advinha da ideia da primazia norte-americana, pautada na ideia de que a liderança estadunidense era indispensável para a construção de um mundo mais seguro, através da exportação de seus valores, principalmente a democracia e o livre-mercado. Para tal, assentado nos pilares do *neoconservadorismo*, surgia a política de *forcible regime change* (Brown,

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://nssarchive.us/>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

<sup>34</sup> Dado os objetivos do presente artigo, não se adentrará na análise das duas guerras, já suficientemente explorada pela literatura. Ver, por exemplo: Brown, 2015.

2015) e *state-building*. No entanto, a multiplicidade étnica e as insurgências, tanto no Afeganistão como no Iraque, se mostraram mais difíceis de se contornar do que esperavam os *neoconservadores*. O “atoleiro” que se gerou na tentativa de construção de regimes em ambos os países fez com que o Partido Democrata assumisse o controle do Congresso em 2007, que a popularidade de George W. Bush despencasse no mesmo período, com a aprovação de seu governo variando na casa dos 30%<sup>35</sup>. Argumentou-se aqui, que a coalizão *neoconservadora* se sustentou principalmente de 2001-2006, onde os cinco pilares destacados anteriormente foram de fato materializados nas ações de política externa do governo.

No próximo tópico, investiga-se a política externa de Donald Trump. Busca-se realizar uma análise comparativa utilizando-se dos mesmos critérios levantados na análise de George W. Bush, como a formação de coalizões e o cenário internacional. Questiona-se as possíveis rupturas e continuidades com a *doutrina neoconservadora* e o que explicaria essas diferenças e semelhanças. Busca-se identificar se há, de fato, uma *doutrina* Trump de política externa até o momento e o que caracterizaria tal *doutrina*.

#### **IV. Há uma *Doutrina* Trump?**

Considerando que se passaram apenas alguns anos (2017-2019) do governo Donald Trump, torna-se mais difícil organizar de maneira sistemática os princípios norteadores, a formação duradoura de uma coalizão, bem como a sua política externa como um todo. A comparação assenta-se, portanto, nos principais indicativos que guiam sua política externa e na revisão das principais ações materializadas até o momento.

##### *IV.1. Grupos de Interesse, Formação de Coalizões e Revisão da Política Externa*

A presente seção contempla, no caso de governo Donald Trump, as duas últimas seções do tópico anterior dedicado a George W. Bush. Dessa forma, analisa-se a constituição dos principais grupos de interesse que formam a coalizão que sustenta o governo Trump, através de alguns documentos-chave. Dentre estes, destaca-se a nomeação dos principais quadros do governo, a RPP

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://news.gallup.com/interactives/185273/presidential-job-approval-center.aspx>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

de 2016 e a NSS de 2017. Presta-se atenção também aos principais *lobbies* que constituem a base do governo Trump, além da formação do Congresso e opinião pública.

O vice-presidente de Trump, Mike Pence, político de carreira e apoiador do tradicional grupo conservador *tea party*, até o momento não obteve destaque na administração como foi o caso de Dick Cheney. Como secretário de Estado, Donald Trump nomeou Rex Tillerson, que havia sido CEO da Exxon Mobil, substituído por Mike Pompeo, em 2018, ex Diretor da CIA, representante parlamentar e empresário do setor da indústria de defesa. Para Secretário de Defesa de Trump, o escolhido foi James Mattis, membro do alto-escalão militar. Para *National Security Advisor*, em menos de três anos, foram nomeados respectivamente: H.R McMaster; John Bolton; e Robert'O Brian. A formação do alto-escalão do executivo sob o governo Trump, possui semelhanças evidentes com aquele de George W. Bush, contemplando importantes quadros conservadores que representam elites econômicas, políticas e militares. No entanto, destaca-se que, em pouco tempo, houve bastante circulação nos principais quadros, o que é indicativo da dificuldade de se formar uma equipe coesa no governo<sup>3637</sup>.

Em termos de doações de campanha, há uma similaridade marcante com George W. Bush, com as principais empresas do setor de defesa - Lockheed Martin, Raytheon, Northrop Grumman e Boeing- doando mais de 60% de seus recursos eleitorais para o Partido Republicano nas eleições de 2016. Novamente, duas gigantes do setor petrolífero, a Exxon Mobil e Chevron, doaram mais de 90% de seus recursos eleitorais para os republicanos<sup>38</sup>. Thopson (2016) destaca que o militarismo esperado para o governo Trump pode render para os conglomerados do setor de defesa importantes contratos, como na construção de submarinos, mísseis lançados de submarinos, bombardeadores e navios cargueiros. Outras indústrias expressivas, como as de petróleo, carvão, construção, farmacêutica e o setor financeiro fazem parte da base de apoio de Donald Trump (Heath, 2016). Esses setores podem contar com o relaxamento do governo nas regulamentações ambientais e fiscais. No entanto, alguns setores tradicionais da indústria norte-americana, como

---

<sup>36</sup> John Bolton, por exemplo, foi demitido por possuir “fortes desavenças” com Donald Trump, tratando-se de política de defesa. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/10/us/politics/john-bolton-national-security-adviser-trump.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

<sup>37</sup> Dados desse parágrafo disponíveis em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-administration-appointee-tracker/database/>. Acesso: 24 de setembro de 2019.

<sup>38</sup> Dados disponíveis em: <https://www.opensecrets.org/pacs/>. Acesso em: 24 de Setembro de 2019.

aquelas de carvão e construção, podem indicar uma possível guinada ao protecionismo por parte de Trump<sup>39</sup>.

A constituição do Congresso no governo de Donald Trump aponta diferenças relevantes em comparação com George W. Bush. Apesar de garantir a maioria no biênio 2017-2018, Trump perdeu a maioria para os democratas na *House of Representatives*<sup>40</sup> a partir de 2019. No Senado, no entanto, Trump garantiu a maioria até o momento. Com relação à opinião pública, a diferença é ainda mais marcante. Durante todo o seu mandato, Trump obteve menos de 50% de aprovação popular. Esses dois fatores supracitados podem impor sérias dificuldades para a implementação de uma *doutrina* de política externa.

A RPP de 2016<sup>41</sup> assemelha-se em grande parte às RPP do governo de George W. Bush. O Partido Republicano, em tal ocasião, destaca o enfraquecimento dos Estados Unidos sob o comando de Barack Obama que havia voltado aos “dias de poder irrelevante de Jimmy Carter” (PPR, 2016, p. 41). Os republicanos se comprometem, dessa forma, a “restabelecer o poder bélico norte-americano como o maior do mundo, com vasta superioridade sobre qualquer outra nação ou grupo de nações do mundo” (PPR, 2016, p. 41). Destaca-se, no entanto, uma diferença fundamental. O cenário internacional é apontado, pelo documento, assim como aqueles da época de Bush, como iminentemente hostil já que grupos terroristas desestabilizam o Oriente Médio e ameaçam o Ocidente e Estados párias (*rogue states*), especialmente Irã e Coréia do Norte, desequilibram as regiões e infligem a ameaça de um ataque nuclear iminente. Todavia, a maior ameaça advinda da política internacional, para o documento, respaldado pela NSS de 2017<sup>42</sup>, é o avanço dos interesses da China e da Rússia.

O RPP rejeita ainda “as agendas do Protocolo de Kyoto e do Acordo de Paris” e tece fortes críticas às Nações Unidas afirmando não concordar com muitas de suas agendas, tornadas ilegítimas por serem guiadas por autocracias, assim como as RPP de Bush, rejeita a jurisdição da Corte Internacional de Justiça (RPP, 2016, p. 51). Muito embora as propostas de política externa de Trump fossem apontadas como um retorno ao isolacionismo em sua campanha eleitoral,

---

<sup>39</sup> Principalmente porque o mesmo buscou base de apoio nos chamados trabalhadores *blue collar*, que se sentem ameaçados tanto pela imigração quanto pela competição internacional.

<sup>40</sup> Destaca-se, recentemente, a abertura de um processo de impeachment pela *House of Representatives* contra o atual presidente. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/live-news/trump-impeachment-pelosi-launches-formal-impeachment-inquiry-of-president-donald-trump-wednesday/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2016-republican-party-platform>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://nssarchive.us/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

analistas destacam que o RPP, bem como a NSS de Trump estão longe de ser isolacionistas, propondo engajamento para todas as regiões do mundo (Leffler, 2017). A RPP de 2016 afirma ainda que:

Somos um partido que acredita na paz através da força. Acreditamos que o excepcionalismo norte-americano – a ideia de que nossas ideias e princípios como nação nos dão a legitimidade para ocupar a liderança moral no mundo- requer que os Estados Unidos retomem sua posição como líderes do mundo livre (...) em termos simples, o Partido Republicano compromete-se em reconstruir nosso setor militar como o mais forte do mundo, com uma ampla superioridade com relação a qualquer nação ou grupo de nações no mundo” (RPP, 2016, p. 41).

Donald Trump anunciou a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e do Acordo Nuclear com o Irã confirmando a forte tendência unilateralista de seu governo. Ademais, a análise documental revela a filiação do governo à ideia de primazia e excepcionalismo norte-americano, bem como uma forte tendência militarista. Além disso, a similaridade dos grupos de interesse que apoiam Donald Trump com George W. Bush é notória. Por essas razões, tudo indicaria que não haveria uma *doutrina* própria do governo Trump, e sim uma continuidade (com relação a Bush) - à adesão a *doutrina neoconservadora*. No entanto, argumenta-se, aqui, diante o atual cenário, que esse não é o caso.

Após quase quatro anos na Casa Branca, a política externa de Trump aproxima-se em alguns aspectos do *neoconservadorismo*, mas diferencia-se do mesmo em alguns pontos fundamentais. Tal fato deve-se a duas razões principais. Em primeiro lugar, a distribuição internacional do poder está tendendo para o fim da unipolaridade, com a ascensão da China e o “renascimento” da Rússia. Tal fato impõe uma pressão intensa nas decisões de política externa do governo, principalmente, por ter que priorizar o jogo das grandes potências. Dessa maneira, o *engagement* ao estilo de cruzadas, internacionalista e *state-building* de George W. Bush, torna-se mais difícil. Ademais, simultaneamente, parte do *establishment* está dividido. Fatores domésticos dificultam a formação, por parte do governo Trump, de uma coalizão que consiga materializar uma *doutrina* de política externa. Há uma crescente pressão por parte da elite que advoga por uma política externa mais voltada para o *restraint*.

#### IV.2- Neoconservadorismo e o Debate Restraint versus Engagement

Diante dos cinco pilares do *neoconservadorismo* vistos materializados na *doutrina* Bush, argumenta-se que Trump consegue dar continuidade a três: o militarismo, a primazia norte-americana e o unilateralismo. Já o internacionalismo de caráter mais liberal e a exportação de valores democráticos através do intervencionismo não são características do presente governo. Há uma intensa disputa doméstica acerca de como nortear a política externa, principalmente frente ao retorno da competição entre grandes potências e o *engagement* de caráter intervencionista característico do establishment norte-americano durante o governo de George W. Bush.

Há uma extensa literatura sobre o retorno da competição entre grandes potências na atualidade, centrada na tríade- Estados Unidos, China e Rússia. Não se atém, no presente artigo, a discutir tal realidade sistêmica. Cabe destacar, no entanto, que as elites norte-americanas estão priorizando tal fenômeno, conforme está respaldado na NSS de 2017, o RPP de 2016, entre outros documentos importantes. O Gen. Joe Dunford, *Chairman* do *Joint Chief of Staff* (JCS), destaca que a *Pentagon's National Military Strategy* (NMS) de 2019 se pauta em uma estratégia nacional norteadada pela priorização do que chama o desafio “2+3” para os Estados Unidos- China e Rússia como as prioridades, seguidas pela Coreia do Norte, Irã e o extremismo violento. Outros documentos como o *Nuclear Posture Review* e o *Missile Defense Review* reforçam a perspectiva norte-americana de priorizar o retorno das grandes potências<sup>43</sup>.

Diante de tal cenário, surge um problema evidente de distribuição de recursos. Engajar-se em uma estratégia de balanceamento tradicional com grandes potências requer um dispêndio extraordinário de recursos e, portanto, tal fato entra em confronto com outras demandas das elites norte-americanas, principalmente aquelas com uma perspectiva mais internacionalista e *neoconservadora*. Há uma divisão no próprio Partido Republicano acerca de política externa. Tal falta de coesão esteve presente em toda a agenda do governo Donald Trump. Com relação ao Irã, por exemplo, o presidente foi acusado de “demonstrar fraqueza” ao não retaliar os ataques aos drones norte-americanos pela senadora republicana Lindsey Graham, o que havia estimulado o Irã a promover ataques contra as instalações produtoras de petróleo sauditas<sup>44</sup>. O caso do Irã também demonstrou que o alto-escalão da Casa Branca está dividido, com a demissão de John Bolton, que

---

<sup>43</sup> Os dados desse parágrafo estão disponíveis em: <https://www.defensenews.com/pentagon/2019/02/13/the-pentagons-national-military-strategy-is-done-and-its-unclear-if-the-public-will-ever-see-it/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/09/will-gop-split-trump-over-foreign-policy/598438/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

argumentava por um *engagement* militar contra o Irã<sup>45</sup>. Bolton também discordava de Trump quanto à Coreia do Norte, Venezuela e Afeganistão<sup>46</sup>. O caso do Irã é apenas um indicativo de uma política externa dúbia de Donald Trump, que vem dividindo muitos republicanos. Trump buscou, na Coreia do Norte, por exemplo, um acordo nuclear com Pyongyang, além de ter tecido elogios a Kim Jong-Um. Com relação ao Afeganistão, Trump chegou a convidar os membros do Talibã para negociações diretas em *Camp David*, irritando profundamente muitos republicanos e conservadores importantes<sup>47</sup>. Soma-se a isso a complacência de Trump com a anexação da Criméia por parte da Rússia, o desengajamento na Síria e ao silêncio do mesmo com relação aos protestos em Hong Kong. A exportação da democracia e o *engagement* característico de Bush com certeza não estão respaldados nas ações de política externa de Donald Trump.

Argumenta-se, por essas razões, que a dubiedade da política externa de Trump deve-se à dificuldade de se formar uma coalizão coesa para mobilizar a sociedade e os recursos e implementar uma *doutrina* de política externa. A divisão do próprio Partido Republicano se dá, particularmente, entre os *neoconservadores*, defensores do *engagement*, e de frações dentro do partido críticas à *doutrina Bush*, que advogam pelo *restraint*. Um exemplo é a declaração do senador republicano, Rand Paul, com relação ao Talibã e ao Afeganistão, declarou “Por que alguns *neocons* continuam a advogar por guerras intermináveis? Em resposta, a deputada republicana, Liz Cheney, filha de Dick Cheney, e adepta do internacionalismo *neoconservador*, acusou Paul de estar do lado dos terroristas e esquecer o 11 de setembro. Soma-se a isso o fato do Partido Democrata estar dividido acerca da política externa<sup>48</sup> e a opinião pública também<sup>49</sup>, com a maior parte da população se opondo-se à política externa de Trump<sup>50</sup>. A disputa *restraint* versus *engagement* também divide a comunidade intelectual, refletida nos escritos de especialistas como John Mearsheimer e William Wohlforth, por exemplo.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.gzeromedia.com/the-trump-bolton-divide-and-election-year-foreign-policy>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/11/us/politics/trump-republicans-foreign-policy.html>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/09/will-gop-split-trump-over-foreign-policy/598438/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/democrats-are-divided-foreign-policy-why-isn-t-trump-exploiting-fact-4247>.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/expert/comment/us-foreign-policy-will-continue-divide-americans-beyond-2020#>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.apnews.com/0d9271aba67143bcb1a7604459046975>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.



Mearsheimer, em seu livro mais recente (2018), advoga pelo *restraint* na política externa norte-americana. Para o autor, quando Estados buscam se tornar uma hegemonia liberal, eles estão fadados ao fracasso, dado que eles se envolvem em guerras longas e custosas de *state-building* (2018, p. 190). O autor argumenta que esse *crusader impulse* é quase orgânico ao pensamento das elites liberais, dificultando a implementação de uma política externa mais realista. Mearsheimer propõe o fortalecimento de uma coalizão contrária ao impulso internacionalista, que foque na disputa entre grandes potências e busque uma política externa mais realista.

Já para Wohlforth e Brooks, os Estados Unidos devem permanecer *deeply engaged* na estratégia de promover as instituições internacionais, a democracia e o livre-mercado, já que para os mesmos tal estratégia tem dado certo (2018, p. 2). Baseando-se em uma análise contrafactual, os autores argumentam que através do *engagement* os Estados Unidos estão agindo de maneira defensiva, impedindo o surgimento de um ambiente internacional hostil. Ademais, para os mesmos, os Estados Unidos têm colhido bons frutos com o *engagement*, principalmente em termos econômicos.

À guisa da conclusão, argumentou-se, através da análise comparativa aqui realizada, que ao contrário de George W. Bush, que em sua política externa implementou uma *doutrina neoconservadora*, Donald Trump, até o presente momento, não apresenta uma *doutrina* própria de política externa. Apesar de manter alguns pilares centrais do *neoconservadorismo*, a saber, o unilateralismo e o militarismo, a política externa de Trump não pode ser caracterizada como *neoconservadora*. O retorno da competição das grandes potências impõe forte pressão sobre as elites norte-americanas em como alocar e mobilizar seus recursos e implementar sua política externa. Ademais, conforme visto, Trump não foi capaz de formar uma coalizão com força política o suficiente para implementar uma *doutrina*. As disputas no alto-escalão do Executivo, dentro do Partido Republicano, a perda de maioria no legislativo, os impasses entre protecionismo e liberalismo econômico, a falta de apoio popular, entre outros, são fortes indicativos de tal cenário. A política externa de Trump, caracteriza-se, portanto, até o momento, por alguns fundamentos *neoconservadores* com modificações importantes, principalmente, no que tange à sua condução com relação ao internacionalismo e à promoção da democracia, explicada pelo impasse interno das elites entre *restraint* e *engagement*, respaldado pelos debates da comunidade epistêmica.

## V. Considerações Finais

O presente estudo realizou uma análise comparativa entre a *doutrina* de política externa de George W. Bush e Donald Trump. Para tal, recorreu-se ao aparato teórico-analítico da APE e da FPDM. Argumentou-se que através da variação do sistema internacional, entre o pós 11 de setembro e o retorno da competição entre as grandes potências, bem como a análise das coalizões domésticas, necessárias para sustentar a implementação de uma *doutrina* de política externa, pode-se explicar as diferenças e semelhanças da política externa entre os dois governos. Definiu-se a *doutrina* de política externa de George W. Bush como *neoconservadora*. A capacidade de Bush de implementar uma *doutrina* de política externa historicamente própria deu-se pela formação de uma coalizão, constituída por um alto grau de coesão entre as elites, evidenciada pela empiria analisada, que possibilitou a materialização de tal *doutrina*.

Já no caso da política externa de Donald Trump, até o presente momento, não se averiguou tal realidade. Dessa forma, apesar do governo se alinhar com aspectos importantes do *neoconservadorismo*, como o militarismo e o unilateralismo, a política externa do mesmo não pode ser definida como *neoconservadora*. Ademais, a política externa de Donald Trump, até o momento, não se constituiu como uma *doutrina* própria. A terceira seção do presente estudo demonstrou a dificuldade de Trump de formar uma coalizão para materializar uma *doutrina*. Tal fato é evidenciado por seu baixo apoio popular, a falta de coesão no seu próprio partido e no alto escalão do executivo, a falta de maioria na *House of Representatives*, entre outros. Argumentou-se que há um impasse, diante da ascensão da China e do retorno da Rússia como potências competidoras, entre o *engagement* – característica marcante do governo Bush- e o *restraint*. Esse impasse divide as principais elites e é respaldado pelos debates da comunidade epistêmica. Dessa forma, as ações de política externa de Trump são muitas vezes dúbias e não apresentam uma lógica pautada por princípios claros e uma estratégia própria. Não há, atualmente, nos Estados Unidos, uma coalizão forte o suficiente, capaz de mobilizar a sociedade e os recursos necessários para a implementação de uma *doutrina* de política externa. A hipótese inicial do presente estudo foi corroborada, dessa maneira, pela análise empírica.

Espera-se ter contribuído desse modo, para um melhor entendimento da política externa dos dois governos e para possíveis caminhos teóricos, que futuramente devem ser melhor explorados, para as subáreas de APE e FPDM. Como trata-se de um tema muito atual, uma das limitações do presente estudo encontra-se na dificuldade de mobilizar a empiria e a literatura necessária para uma avaliação mais cuidadosa da política externa estadunidense. Soma-se a isso o

fato de que, alterações abruptas no nível doméstico estadunidense e no cenário internacional podem urgir a necessidade de reavaliação e continuidade da pesquisa. Diante de tais limitações, destaca-se, que se tornam necessárias futuras pesquisas na temática proposta.

## VI. Referências Bibliográficas

2000 *Republican Party Platform.* Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2000-republican-party-platform>. Acesso em: 23 de Setembro de 2019.

2004 *Republican Party Platform.* Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2004-republican-party-platform>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

2016 *Republican Party Platform.* Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/2016-republican-party-platform>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

Alden, Chris; Aran, Ammon. *Foreign policy analysis: new approaches*. New York, NY: Routledge, 2017.

Allison, Graham T. *Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis*. The American are-here-again/#57161c80b3c5. Acesso em: 23 de dezembro de 2017.

Baker, Peter. *Trumps Oasts John Bolton as National Security Advisor*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/10/us/politics/john-bolton-national-security-adviser-trump.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

Bennett, A.; Elman, C. *Case Study Methods*. In: Reus-Smit, C.; Snidal, D. *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Bobbio, Norberto. *Ensaio sobre a ciência política na Itália*. Tradução Luiz Sérgio enriques. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

*Bounded Rationality: The adaptive toolbox*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 2001, p. 14-36.

Brooks, Stephen G. Wohlforth, William C. *America Abroad: The United States Role in the 21<sup>st</sup> Century*. Oxford University Press: New York, 2016.

Brown, Michael E et al. *The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: MIT Press, 1995.

Brown, Seyom. *Faces of power: constancy and change in United States foreign policy from Truman to Obama*. New York: Columbia University Press, 2015.

Bueno de Mesquita, Bruce. *Principles of International Politics: People's Power, Preferences, and Perceptions*, 2nd ed. Washington, DC: CQ Press, 2003.

CBS News. *Pelosi launches formal Trump impeachment inquiry*. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/live-news/trump-impeachment-pelosi-launches-formal-impeachment-inquiry-of-president-donald-trump-wednesday/>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

Christensen, Thomas J. *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947–1958*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

Collier, David. *Understanding process tracing*. PS: Political Science & Politics, v. 44, n. 4, 2011, p. 823-830.

Dahl, Robert A. *Pluralist Democracy in the United States*. Chicago: Rand McNally: 1967.

Dall'Agnol, G. F. *Economia Política da Guerra nas Estrelas: As elites Norte-Americanas e a construção de um escudo antimísseis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/lorenthompson/2016/11/09/for-the-defense-industry-trumps-win-means-happydays-> Forbes: novembro de 2016

Drolet, Jean François. *A liberalism betrayed? American neoconservatism and the theory of international relations*. Journal of Political Ideologies, 15:2, 2010, pp. 89-118.

Dueck, Colin. *Neoclassical Realism and the National Interest: Presidents, Domestic Politics, and Major Military Interventions*. In: *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*, ed. Steven E. Lobell, Norrin M. Ripsman, and Jeffrey W. Taliaferro. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Edmondson, Catie. *Bolton Ouster Underscores a G.O.P Divided on Foreign Policy*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/11/us/politics/trump-republicans-foreign-policy.html>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

Friedman, Uris. *Imagine if Obama has done this*. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/09/will-gop-split-trump-over-foreign-policy/598438/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

George, Alexander L.; Bennet, Andrew. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

- Goertz, Gary; Mahoney, James. *A tale of two cultures: qualitative and quantitative research*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- Haar, Roberta. *Explaining George W. Bush's Adoption of the Neoconservative Agenda after 9/11*. *Politics & Policy*, Volume 38, No. 5, 2010, p. 965-990.
- Hagan, Joe. *Does Decision Making Matter?* *International Studies Review*, 2001, p. 5–47.
- Harvey, Nigel (ed.). 2009. *Blackwell Handbook of Judgment and Decision Making*. Oxford,
- Harvey, Nigel (ed.). *Blackwell Handbook of Judgment and Decision Making*. Oxford: Blackwell, 2009.
- Hermann, Margaret. *Assessing Leadership Style: A Trait Analysis*. Columbus, OH: Social Science Automation, 1999.
- Hudson, Valerie M. *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.
- Janis, Irving. *Groupthink*. 2nd ed. New York: Houghton, Mifflin, 1982.
- Jervis, Robert. *Understanding the Bush Doctrine*. *Political Science Quarterly*, Vol. 3, No. 118 (September 2003), pp. 365–388;
- Kellner, Douglas. *Preemptive strikes and the war on Iraq: a critique of Bush administration unilateralism and militarism*. *New Political Science*, 26:3, 2004.
- Keren, G.; Teigen, K.H. 2004. *Yet another look at the heuristic and biases approach*. in: Koehler, Derek J.; Harvey, Nigel (ed.). *Blackwell Handbook of Judgment and Decision Making*. Oxford, Blackwell, 2009, p. 89-109.
- Krauthammer, Charles. *Democratic Realism: An American Foreign Policy for a Unipolar World*. Washington DC: The AEI Press, 2004.
- Kristol, Irving. *A Conservative Welfare State*. In: Stelzer, Irwin (org.). *The Neocon Reader*. Nova York: Grove Press, 2004, p. 7-33.
- Leffler, M. P. *Trump's Delusional National Security Strategy*. *Foreign Affairs*: dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2017-12-21/trumps-delusional-national-security-strategy> Acesso em: 24 de dezembro de 2017.
- Lipjart, Arend. *Comparative Politics and the Comparative Method*. *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 3, 1971, p. 682-693.

Magcamit, Michael. *The Duterte Doctrine: A Neoclassical Realist Guide to Understanding Rodrigo Duterte's Foreign Policy and Strategic Behavior in the Asia-Pacific*. Asia Pacific Pathways to Progress Foundation, Inc: 2018.

Mahoney, James. After KKV: *The New Methodology of Qualitative Research*. World Politics. Political Science Review, Vol. 63, No.3, 1969, p. 689-718.

Mahoney, James; Kimball, Erin; Koivu, Kendra L. *The logic of historical explanation in the social sciences*. Comparative Political Studies, v. 42, n. 1, 2009, p. 114-146.

Mahoney, James; Rueschemeyer, Dietrich (Eds.) *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Mahoney, James; Vanderpoel, Rachel S. *Set diagrams and qualitative research in the social sciences*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

*Majority and Minority Leaders*. Disponível em: [https://www.senate.gov/artandhistory/history/common/briefing/Majority\\_Minority\\_Leaders.htm](https://www.senate.gov/artandhistory/history/common/briefing/Majority_Minority_Leaders.htm).

Acesso em: 16 de Setembro de 2019.

Mcfarland, Andrew S. *Neopluralism: The Evolution of Political Process Theory*. Lawrence: University of Kansas Press, 2004.

Mearsheimer, John J. *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. Yale University Press: New haven, 2018.

Mehta, Aron. *The Pentagon's National Military Strategy is done, and it's unclear if the public will ever see it*. Disponível em: <https://www.defensenews.com/pentagon/2019/02/13/the-pentagons-national-military-strategy-is-done-and-its-unclear-if-the-public-will-ever-see-it/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

Mills, Charles Wright. *The Power Elite*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

Milner, Helen V. *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

Mintz, Alex; DeRouen Jr. *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

*National Security Strategy Archive*. Disponível em: <http://nssarchive.us/>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

Neto, Amorim; Rodriguez, Octavio. *O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública*. Rev. Adm. Pública. v. 50, n. 6, 2016, p. 1003-1027.

- Olson, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- Over, David. 2004. *Rationality and the Normative Descriptive Distinction*. in: Koehler, Derek J.; Oxford: Blackwell: 2009, p. 3-18.
- PACS. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/pacs/>. Acesso em: 16 de Setembro de 2019.
- Parmar, Inderjeet. *Foreign policy fusion: Liberal interventionists, conservative nationalists and neoconservatives — the new alliance dominating the US foreign policy establishment*. *International Politics*: 46, 2009, p. 177–209.
- Party Divisions of the House of Representatives*. Disponível em: <https://history.house.gov/Institution/Party-Divisions/Party-Divisions/>. Acesso em: 16 de Setembro de 2019.
- Perissinotto, Codato (orgs). *Como estudar elites*. Ed. UFPR: Curitiba, 2015.
- Peterson, Martin. *An Introduction to Decision Theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.
- President Bush Delivers Graduations Speech at West Point*. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.
- Presidential Job Approval Center*. Disponível em: <https://news.gallup.com/interactives/185273/presidential-job-approval-center.aspx>. Acesso em: 16 de Setembro de 2019.
- Putnam, Robert. *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*. *International Organization* 42: 1988, p. 427–460.
- Riesmann, Deb; Fingurhut, Hannah. *Ap-Norc poll: Most Americans Oppose Trump's foreign policy*. Disponível em: <https://www.apnews.com/0d9271aba67143bcb1a7604459046975>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.
- Ripsman, Norrin M, Taliaferro, Jeffrey W, Lobell, Steven E. *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Rose, Gideon. *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*. *World Politics*, vol. 51, no. 1 1998, p. 144– 172.
- Sabatier, Paul A. *Theories of the Policy Process*. Boulder, CO: Westview, 1997.
- Testoni, Saffo. *Doutrina*. Em: Bobbio, Norberto. *Dicionário de Ciência Política, vol 1*. Editora UNB: 1983.

- Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- Schattschneider, E. E. *The Semisovereign People*. New York: Harcourt Brace Javonovich, 1975.
- Schweller, Randall L. *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy for World Conquest*. New York: Columbia University Press, 1998.
- Selten, Reinhard. "What is Bounded Rationality?". in: Gigerenzer, G.; Selten, R. (ed.). *Bounded Rationality: The adaptive toolbox*. Cambridge (Mass.), The MIT Press: 2001, p. 14-36.
- Selten, Reinhard. 2001. *What is Bounded Rationality?* in: Gigerenzer, G.; Selten, R.
- SIPRI Arms Industry Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armsindustry>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.
- SIPRI Arms Industry Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armsindustry>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.
- SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em 10 de setembro de 2019.
- Sparks, Willis. *The Trump-Bolton divide and Election-Year Foreign Policy*. Disponível em: <https://www.gzeromedia.com/the-trump-bolton-divide-and-election-year-foreign-policy>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.
- Stein, Janice. *Deterrence and Reassurance.*: In *Behavior, Society and Nuclear War*, vol. 2, ed. Philip Tetlock, Jo Husbands, Robert Jervis, Paul Stern, and Charles Tilly: New York: Oxford University Press, 1991.
- Sterling-Folcker, Jennifer. *Realist Environment, Liberal Process, and Domestic- Level Variables*. *International Studies Quarterly*, vol. 41, no. 1, 1997, p. 1– 25.
- Teixeira, Carlos Gustavo Poggio. *O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- The American Presidency Project*. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/people/president/george-w-bush>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.
- The Washington Post. *Tracking how many key positions Trump has filled so far*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-administration-appointee-tracker/database/>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.
- Thompson, Loren. *For The Defense Industry, Trump's Win Means Happy Days Are Here Again*.



Tocqueville, Alexis de. *A Democracia na America*. Tradução de J.A.G Abulquerque. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Truman, David B. *The Governamental Process: Political Interests and Public Opinion*. New York: Alfred A Knopf, 1971.

Tsebelis, George. Tsebelis, *Veto Players: How Political Institutions Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

Vaisse, Justin. *Why Neoconservatism Still Matters*. Foreign Policy at Brookings: n. 20, Vol. 62, 2010, p. 120-147.

Walker, Jack L., Jr. *Mobilizing Interests Groups in America*. American Political Science Review, v. 77, 1991, p. 390-406.

Wallace, Michael. *Armaments and Escalation: Two Competing Hypotheses*. International Studies Quarterly, 1982, p. 37-56.

Waltz, Kenneth. *Theory of international politics*. New York: McGraham Hill, 1979.

Wohforth, William C. *Unipolarity, Status Competition, and Great Power War*. World Politics, vol. 61, no. 1, 2009.

Wohlforth, William C. *The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.

Wolfson, Adam. *Conservatives and Neoconservatives*. In: Steltzer, Irwin (org) *The Neocon Reader*. Nova Iorque: Grove Press, 2004, p. 213-31.

Zakaria, Fareed. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.

Recebido em: abril/2020.

Aprovado em: setembro/2020.